

GÉNERO NO ASSOCIATIVISMO JUVENIL – O PAPEL DO VOLUNTARIADO E DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Vera Moreno, Alexandra Silva e Ordele Ruiz

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens

Resumo Neste artigo, as autoras dão o seu testemunho acerca do trabalho realizado pela Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, aqui abreviada para REDE. Depois de apresentarem a REDE e de definirem os seus objectivos, são-nos descritos alguns dos projectos que tem realizado com jovens maioritariamente oriundos/as de associações juvenis. O artigo enquadra o voluntariado como instrumento crucial na educação para a cidadania democrática e para o salto qualitativo da democracia representativa para a democracia participativa, em particular na área da Igualdade de Género, e salienta a importância da Educação Não-Formal no trabalho com jovens nesta área.

Palavras-chave cidadania, igualdade de género, associativismo juvenil, voluntariado, educação não-formal.

Abstract

Gender in Youth Associations – the Role of Volunteering and Non-Formal Education

In this article, the authors present the work of the Portuguese Network of Youth for Equal Opportunities between Women and Men (REDE). They introduce the organization and its major goals, before describing some of the projects that REDE has unfolded, namely those involving young people from youth associations. The article states the crucial role of volunteering as an educational instrument of democratic citizenship and as a major facilitator of the qualitative leap from representative democracy towards participatory democracy; it also underlines the importance on Non-formal Education when working with young people in these areas.

Key-words citizenship, gender equality, youth associations, volunteering, non-formal education

Résumé

Le genre dans les associations juvéniles – le rôle du volontariat et de l'éducation non-formelle

Dans cet article, les auteurs présentent le travail réalisé par le Réseau Portugais des Jeunes pour l'Égalité entre les Femmes et les Hommes (REDE). Après la présentation du Réseau et ses objectifs, ils mentionnent quelques projets réalisés par le Réseau avec les jeunes (la plupart des jeunes font partie d'associations juvéniles). L'article présente le volontariat comme un instrument vraiment important dans le cadre de l'éducation pour la citoyenneté démocratique. Il est aussi essentiel pour le saut qualitatif de la démocratie représentative pour la démocratie participative, essentiellement en ce qui concerne l'éga-

lité de genre. Dans le cadre de l'éducation pour la citoyenneté et du travail avec des jeunes, l'article mentionne aussi l'importance de l'éducation non-formelle.

Mots-clés citoyenneté, égalité de genre, associations juvéniles, volontariat, education non-formelle.

Pretendemos aqui partilhar algumas experiências e reflexões que a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (REDE) tem vindo a sedimentar.

A REDE é uma organização criada e composta por pessoas voluntárias, jovens, a maioria com experiência de associativismo juvenil, que procura fundamentalmente promover a Igualdade de Género no associativismo juvenil através da Educação Não-Formal. Surgiu em 1999, fruto do projecto «Mobilizar as jovens mulheres para a Igualdade na Europa», desenvolvido pelo *Lobby* Europeu das Mulheres com o intuito de incentivar a consciencialização das questões da Igualdade de Género entre as jovens na União Europeia. Na sequência deste projecto, procurou-se implementar uma Rede em Portugal cujo objectivo fosse o de sensibilizar as e os jovens para a Igualdade entre mulheres e homens.

Na sua história, os projectos têm sido desenvolvidos em torno de cinco objectivos centrais:

- Consciencializar as e os jovens para a igualdade entre mulheres e homens;
- Promover a inclusão das necessidades e interesses específicas das jovens mulheres na agenda política nacional, europeia e internacional;
- Contribuir para que a temática da igualdade de género seja parte integrante da educação formal e não-formal;
- Promover o *mainstreaming* de género nas associações juvenis, isto é, a inserção das questões de género nas actividades, estrutura e cultura organizacional destas associações;
- Aumentar a participação das jovens nos processos e espaços de tomada de decisão.

Procuramos actuar em torno de uma dupla estratégia no combate à desigualdade de género, ou seja, quer fomentando o *mainstreaming* quer desenvolvendo acções positivas. Em específico, a REDE visa o *mainstreaming* de género no associativismo juvenil, ou seja, a integração da dimensão da igualdade entre mulheres e homens em todas as políticas e acções relacionadas com a juventude. A título exemplificativo, mencionamos alguns dos projectos que têm sido desenvolvidos:

- O TK – *Gender Youth*: projecto que procura contribuir para o *mainstreaming* de género no associativismo juvenil e na cultura organizacional e actividades dos grupos de jovens; o objectivo final é a elaboração de um Kit de Formação sobre Género e Juventude, cujos conteúdos abordem como

introduzir a temática da igualdade entre raparigas e rapazes na cultura organizacional dos grupos de jovens, e como incluir a dimensão de género no desenho, implementação, acompanhamento e avaliação de projectos de juventude. Na prática, o TK corresponde a um conjunto de dinâmicas que têm por base metodologias de educação não-formal, que poderá ser consultado por todas as pessoas que trabalhem com jovens.

- Um desafio à Coeducação no escutismo: um projecto conjunto entre a REDE, a CIDM (actual CIG) e o Corpo Nacional de Escutas que visou a formação em igualdade de género dirigida a formadores/as e chefes de agrupamento do CNE.
- Os «Encontros para a Cidadania», no âmbito de uma parceria, entre outras entidades, com a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, e com a Associação Mulher Migrante, tendo esta parceria por objectivo a criação de um ciclo de «Encontros para a Cidadania: A Igualdade entre Mulheres e Homens nas Comunidades Portuguesas» e assim promover este debate nas comunidades. Estivemos presentes em Buenos Aires, em Estocolmo e em Toronto.
- A Rede tem-se empenhado igualmente na defesa e promoção dos direitos das mulheres através de acções de *lobbying* junto de actores institucionais, de campanhas de sensibilização, de acções de formação em matéria da igualdade de género e de acções de informação junto das associações juvenis e dos e das jovens. Fizemos parte da Comissão Executiva do Movimento Jovens pelo Sim, movimento da sociedade civil organizada, a propósito do Referendo de 11 de Fevereiro do corrente ano sobre a Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez.

Mas, enquanto Rede de Jovens que somos, estamos particularmente sensíveis ao défice de participação cívica e política das/os jovens em Portugal e do défice de participação em particular das jovens nos processos e posições de tomada de decisão no associativismo juvenil. Por isso, implementámos um Programa de Mentoria inovador no nosso país, designado «de Mulher para Mulher», que teve um ano de duração. Este projecto foi estratégico e constituiu uma Acção Positiva cujo público-alvo foram jovens, mulheres, pelas razões já referidas.

A Mentoria tem vindo a ser desenvolvida, noutros países europeus, com o propósito de constituir uma estratégia para reforçar a autonomia e envolvimento das jovens mulheres. A grande vantagem da Mentoria entre mulheres é o facto das jovens poderem encontrar modelos de conduta do mesmo sexo em domínios onde a presença das mulheres ainda é escassa.

Assim, pretendeu-se estimular o aumento da proporção de mulheres activas na política, no seio dos partidos, nas associações e nas organizações não-governamentais, apoiando cerca de 30 jovens que desejavam aceder a postos de responsabilidade e contribuindo assim para o aumento da proporção de mulheres acti-

vas na política, no seio dos partidos, nas associações e nas organizações não-governamentais.

A promoção do seu envolvimento na vida pública realizou-se através de relações de mentoria entre as jovens e mulheres com experiência pública, de um programa de desenvolvimento de competências e da experiencição de intervenção das jovens pelo desenvolvimento e implementação de projectos, entre outras actividades.

Este projecto veio, pois, provar que existem muitas mulheres, jovens e menos jovens, que querem participar de forma activa nas tomadas de decisão política e que, para tal, investiram e investem tempo, vontade, determinação e recursos de forma voluntariosa na sua própria formação bem como na formação de outras mulheres.

Ainda no âmbito do «de Mulher para Mulher», achámos também estratégico desenvolver dois instrumentos para o *mainstreaming* de género: o «Argumentário a favor da igualdade de género: perceber e saber do que falamos», e a obra «Raparigas e Rapazes nas Associações Juvenis: Um Guia para o *mainstreaming* de género».

A REDE integra igualmente, a Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, acompanhando a implementação das diversas acções e contribuindo para a construção de instrumentos de sensibilização para a temática.

Em todas as actividades realizadas, procuramos contribuir para o empoderamento dos/as jovens, estimulando a reflexão em torno dos estereótipos de género e das múltiplas formas de discriminação de género; criando um espaço de debate e discussão sobre estas questões; e procurando promover, acima de tudo, uma atitude reflexiva, crítica e impelida para a acção.

Consideramos que o voluntariado contribui, particularmente, para uma cidadania activa. No voluntariado, as actividades são desenvolvidas a partir da iniciativa pessoal e de livre vontade, de forma não remunerada, e o seu objectivo é o trabalho em prol da sociedade como um todo. O valor especial do voluntariado deriva de uma contribuição voluntária para moldar a sociedade. Não se trata de prestação de serviços, ou de substituir trabalho pago por trabalho não pago, ou sequer de substituir o papel dos Governos na sociedade mas, sim, de uma contribuição individual e altruísta; trata-se da participação activa de cidadãs e cidadãos que, com consciência social, se sentem parte de um todo maior e que pretendem contribuir activamente para a construção desse todo maior.

Estamos conscientes que nas sociedades democráticas existe um distanciamento, cada vez maior, da população jovem em relação ao sistema representativo¹ e uma maior confiança nas organizações não governamentais, o envolvi-

¹ O estudo EUYOUPART 2003-2005, financiado pela Comissão Europeia, em relação ao envolvimento da juventude, mostra por exemplo que em todos os oito países europeus participantes, os/as jovens confiam mais nas organizações da sociedade civil que nos órgãos governamentais.

mento em actividades de voluntariado que impliquem, por exemplo, o envolvimento na vida pública, como a representação, contribui para a criação de uma população politicamente literada, o que é fundamental para a preservação dos princípios democráticos. O envolvimento no voluntariado é crucial na educação para a cidadania democrática e para o salto qualitativo da democracia representativa para a democracia participativa.

Por outro lado, as actividades de voluntariado são, sem dúvida, também de grande valor para o desenvolvimento pessoal de quem o pratica. As voluntárias e os voluntários acumulam experiências, conhecimentos, redes de contactos. Têm a oportunidade experimentar vários papéis sociais, participar nos processos de decisão, aprender a negociar e resolver conflitos, demonstrar o seu sentido de justiça e liderança, assumir e delegar responsabilidade.

Na nossa perspectiva, o voluntariado constitui ainda um importante instrumento de Educação Não-Formal² e que complementa a Educação Formal³ e a formação, constituindo-se, assim, como elemento de empregabilidade, particularmente para as pessoas mais jovens que ainda não entraram no mercado de trabalho.

Mas a maioria das e dos jovens não se apercebem das desigualdades, das discriminações nem mesmo dos estereótipos com base no género até, principalmente, as raparigas entrarem no mercado de trabalho. Sentem que são questões que já estão, na sua quase totalidade, ultrapassadas e resolvidas e, conseqüentemente, não encaram o compromisso para com a igualdade de género como uma luta na qual faz sentido envolverem-se de forma activa.

No nosso trabalho, constatamos resistências das/os próprias/os jovens à reflexão sobre estas questões; recorreremos à Educação Não-Formal por contribuir para a aquisição de aprendizagens inerentes ao próprio processo de desenvolvimento pessoal, revelando-se fundamental no tratamento da temática da igualdade entre mulheres e homens.

Apesar de Portugal ainda não ter (re)conhecido e operacionalizado o conceito de Educação Não-Formal, desde 2000 que a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa adoptou a recomendação 1437 sobre Educação Não-Formal, «incitando todos aqueles que dão forma às políticas educativas a tomar conhecimento da educação não-formal como parte essencial do processo educativo» e «interpelando os

(Comissão Europeia 2003-2005, [em linha] disponível em http://www.sora.at/images/doku/euyoupart_finalcomparativereport.pdf).

² **Aprendizagem Não-Formal:**

Aprendizagem que não decorre em instituições de ensino e formação e não conduz, necessariamente, a certificados formais. No entanto, é estruturada (em termos de objectivos de aprendizagem, tempo de aprendizagem e acompanhamento da aprendizagem). A aprendizagem não-formal é intencional do ponto de vista do/a aprendiz. (Comissão Europeia, 2001b).

³ **Aprendizagem Formal:**

Aprendizagem que decorre em instituições de ensino e formação, estruturada (em termos de objectivos de aprendizagem, tempo de aprendizagem e acompanhamento da aprendizagem) e que conduz a diplomas e qualificações reconhecidos. A aprendizagem formal é intencional do ponto de vista do/a aprendiz. (Comissão Europeia, 2001b).

governos e outras autoridades competentes dos Estados-Membro a reconhecer a educação não-formal como um parceiro de facto no processo de aprendizagem ao longo da vida».

No fundo, consideramos que o conhecimento e a tomada de consciência das desigualdades de género são condições prévias à transformação das relações sociais entre mulheres e homens. E enquanto associação de jovens que trabalha com e para os e as jovens podemos actuar nesse sentido.

Nós, todas e todos (Estado, escolas, famílias, associações, grupos de jovens, etc.), temos a responsabilidade de contribuir para a formação de cidadãos e de cidadãs livres. Mas temos de ter plena consciência de que uma pessoa só é verdadeiramente livre quando as opções que se lhe apresentam e que toma não são constrangidas por estereótipos de género e por práticas sociais discriminatórias.

Estamos empenhadas e empenhados no que fazemos e fazemo-lo conscientes de que a igualdade entre mulheres e homens é matéria de democracia e indispensável ao exercício da cidadania.

Referências Bibliográficas

- Comissão Europeia (2003-2005), *Euyoupart*, COM.
 Comissão Europeia (2003b), *Validation of Non-Formal and Informal Learning: Contribution of the Commission Expert Group (Progress Report)*.
 Conselho da Europa (2003), *Draft Recommendation on the Promotion and Recognition of Non-Formal Education/Learning of Young People, European Steering Committee for Youth (CDEJ)*, Estrasburgo.
 Fernandes, Sofia (2005), «As/Os jovens e a participação cívica e política: processos e posições de tomada de decisão», *Nós de outras teias – Solidariedade Feminista*, Colecção Artigo Feminino, n.º 1, Acção para a Justiça e Paz, Coimbra, Mar da Palavra-Edições, 35-42.

Alexandra Sofia Silva. Formada em Sociologia, uma das sócias fundadoras da REDE, onde já desempenhou várias funções; actualmente Vice-Presidente. Desenvolve trabalho de investigação na área da Igualdade de Género no CESIS. Formadora em Igualdade de Género (pela CITE, 2001). Contacto electrónico: Alex_sofia_silva@yahoo.co.uk

Vera Moreno. Licenciada em Psicologia Clínica, actualmente Presidente da REDE e Vice-Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. Formadora em Igualdade de Género (pela CITE, 2001). Pós-graduada em trabalho com jovens, pela University of East London e pela Tavistock Clinic. Exerce psicologia clínica desde 2000. Contacto electrónico: veramoreno@gmail.com

Odete Fiuza, licenciada em Direito, sócia co-fundadora da REDE onde exerceu as funções de presidente do Conselho Fiscal entre 2000 e 2005. Em 2005 e 2006 colaborou na implementação e desenvolvimento do projecto «De Mulher para Mulher». Actualmente, exerce funções de técnica jurista também na REDE e é a sua representante na Estrutura de Missão do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos. Contacto electrónico: odetefiuza@vodafone.pt

Artigo recebido em Agosto de 2007 e aceite para publicação em Setembro de 2007.